



Faculdade Presbiteriana  
**Mackenzie Rio**

## **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**

### **PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DESPORTIVO**



## **I. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO**

---

No âmbito da tradição calvinista, o projeto educacional que deu início ao Instituto Presbiteriano Mackenzie, mantenedora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e presentemente da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, tem sua origem no ano de 1870, a partir da obra de um casal de missionários presbiterianos norte-americanos, Rev. George Whitehill Chamberlain e sua esposa Mary Ann Annesley Chamberlain, em São Paulo, SP.

Na primavera de 1870, utilizando sua própria residência como sala de aula, Mary Chamberlain recebeu três crianças para a escola que se iniciava. Desde o ponto de partida, impôs-se o princípio que permanece até os dias de hoje, 144 anos passados, de não fazer distinção de sexo, credo ou etnia, acolhendo crianças que a escola da época não acolhia. No segundo ano, em 1871, foi fundada a Escola Americana, embrião do Colégio Presbiteriano Mackenzie, que passou a funcionar em um local mais espaçoso, acolhendo então 44 alunos.

Se numericamente a escola era inexpressiva, a proposta pedagógica se apresentava ambiciosa e pioneira, para não dizer francamente revolucionária para os padrões da época. Seu modelo baseava-se no sistema escolar americano: as classes eram mistas, praticava-se ginástica, aboliram-se as repetições cantadas e os castigos físicos (a famosa palmatória), introduziu-se a experimentação. Grande ousadia foi enfatizar a liberdade religiosa, racial e política, numa época em que as escolas eram reservadas à elite monarquista e escravagista. A escola foi pioneira em receber filhos de abolicionistas, republicanos, protestantes e judeus.

Em 1885, o médico e educador norte-americano Horace M. Lane recebeu a Escola Americana das mãos do Reverendo George Chamberlain, passando a conduzir por quase três décadas os destinos da crescente instituição educacional presbiteriana. Datam dessa época a Escola Normal, o Protestant College (denominado Mackenzie College a partir de 1895), o Curso Superior de Comércio (1886), embrião dos posteriores cursos nas áreas de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, o Curso Superior de Preparatórios e a Escola de Engenharia Mackenzie College – mais antigo estabelecimento de ensino de engenharia do país, no segmento privado e confessional. A inserção do nome “Mackenzie” nesse contexto expressa a homenagem prestada ao advogado e filantropo, John Theron Mackenzie, cujo legado financeiro permitiu a construção da Escola de Engenharia.



Em 1876, foi criado o Curso Superior de Filosofia, funcionando junto à Escola Americana com a finalidade principal de preparar professores. Poucos anos depois, em 1879, foi comprada uma área no bairro de Higienópolis, São Paulo, onde se encontram sediados, hoje, tanto o Colégio quanto a Universidade.

Marco do pioneirismo que sempre permeou a instituição, a criação da primeira experiência oficial de cotitulação internacional, tendo a University of the State of New York como entidade associada (1893). Outros marcos: O primeiro curso de Química Industrial de São Paulo (1911); o mais antigo curso de engenharia Química do país (1922); introdução do Sistema Decimal Dewey de catalogação de bibliotecas no Brasil (1926); primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil (1930); primeira Faculdade de Arquitetura do estado de São Paulo (1947); exigência de Projetos-Tese para os concluintes dos cursos superiores, antecipando-se ao requisito das monografias de conclusão de curso hoje implantado pelo Ministério da Educação; criação de uma rede de cursos de alfabetização de adultos, antecipando-se ao MOBRAF.

Em 1927, graduaram-se as primeiras mulheres pelo Mackenzie College. Foram três no Curso de Química Industrial. Quase imediatamente após, em 1929, graduou-se a primeira Engenheira Arquiteta.

O Mackenzie acompanhava o desenvolvimento do país republicano no campo da educação; e para o Mackenzie também se havia voltado o olhar de inúmeros educadores "escola novistas" que, à época, levantavam a bandeira do ensino técnico-profissionalizante como um imperativo necessário à reconstrução educacional do país. Em 1932 começavam as aulas do Curso Técnico Mackenzie, destinado às áreas de Química Industrial, Mecânica e Eletricidade.

Em 1940, por exigência do Estado Novo, o Mackenzie College passou a ser denominado Instituto Mackenzie. Eram suas unidades a Escola Americana, o Colégio Mackenzie, a Escola Técnica e a Escola de Engenharia. Na linha histórica temos: Mackenzie College (1892–1940), seguida do Instituto Mackenzie (1940–1997), depois Instituto Presbiteriano Mackenzie (IPM), entidade mantenedora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio.

Em 1947, o curso de Arquitetura, então vinculado à Escola de Engenharia, deu origem à Faculdade de Arquitetura, a primeira no Brasil, com essa designação. No mesmo ano, foi instalada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que mais tarde (1980) se desdobraria em Faculdade de Letras e Educação, e Faculdade de Ciências Exatas e Experimentais.

No ano de 1950, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas, que veio a dar origem ao atual Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Destaca-se que, em 1952, a Universidade Mackenzie foi reconhecida pelo Decreto nº 30.511, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação, Dr.



Ernesto Simões da Silva Filho, sendo solenemente instalada em 16 de abril daquele ano. Na sua origem, a nova universidade – terceira no estado de São Paulo – foi constituída das seguintes unidades acadêmicas: Escola de Engenharia, Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Ciências Econômicas.

A criação da Faculdade de Direito deu-se em 1953. No ano de 1965, a Universidade Mackenzie tornou-se mais uma vez pioneira nas suas iniciativas, ao escolher como Reitora a Professora Esther de Figueiredo Ferraz, primeira mulher no hemisfério sul a ocupar esse cargo. Foi ela, também, anos mais tarde, a primeira mulher no Brasil a se tornar Ministro de Estado da Educação. Anos mais tarde, em 1970, foram instaladas a Faculdade de Comunicação e Artes e a Faculdade de Tecnologia, esta última tendo atualmente a denominação de Faculdade de Computação e Informática. Em 1998, constituiu-se a Faculdade de Psicologia e, nos dois anos seguintes, surgiram a Faculdade de Teologia e a Faculdade de Educação Física, esta última localizada no então Campus Tamboré (atual Campus Alphaville).

Em 1999, a Universidade Mackenzie passou a ser denominada Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM, reafirmando, assim, sua identidade confessional.

O Mackenzie é uma comunidade fortemente integrada, e atribui-se a isso a identidade de propósitos entre a comunidade de mestres e alunos e, acima de tudo, uma tradição cultural afetiva compartilhada na instituição, batizada de *espírito mackenzista*.

Com essa característica empreendedora e pioneira, o Instituto Presbiteriano Mackenzie decidiu estender sua atuação e ampliá-la. A cidade do Rio de Janeiro foi a sede pioneira da Igreja Presbiteriana do Brasil, associada vitalícia do IPM. Em 12.08.69 chegava ao Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro, o primeiro Missionário Presbiteriano, Rev. Ashbell Green Simonton. Daí a escolha, dentro do planejamento estratégico do Instituto, de ampliar para a capital do Rio de Janeiro a proposta educacional Mackenzista.

Atualmente, a instituição “Mackenzie” é um dos maiores complexos educacionais no contexto da América Latina, atuando nas mais diversas áreas do conhecimento humano, que vão da Educação Básica ao Ensino Superior, compreendendo neste segmento três dezenas de cursos de Graduação, quase 20 cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, além de seis dezenas de cursos *Lato Sensu* e amplo portfólio de atividades de Extensão.

Esse histórico de inúmeras realizações na área da educação projeta um desenvolvimento da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio - FPMR, nascida com o objetivo de construir no Rio de Janeiro a excelência acadêmica já alcançada em São Paulo.



No Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Contabilidade – IBC, anterior mantenedor da Faculdade Moraes Júnior, embrião da FPMR, foi inaugurado em 20.09.16, com sede provisória na Associação dos Empregados do Comércio, à Rua Gonçalves Dias, 42, 2º andar, a fim de congregar guarda-livros e contabilistas, elevando-lhes o nível cultural e aprimorando o exercício profissional.

Era imprescindível, já na década de 20, o preparo profissional acadêmico para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos, motivando, assim, o IBC, a acabar com o empirismo na atividade contábil. Fundou, então, em 1926, a Escola Técnico-Comercial, oficialmente reconhecida pela Portaria de 14.10.30, do Ministério de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1932, passou a funcionar no sobrado do prédio da Rua da Carioca, 52, com os cursos Propedêuticos, Técnico de Guarda-Livros e Perito Contador.

Em 16.10.34, foi criado o Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro, que passou a ser a entidade mantenedora da Escola Técnica Comercial. Esta procurou adequar-se à reforma do ensino de 1961, passando a denominar-se, em 1963, Colégio Comercial do Instituto Brasileiro de Contabilidade, IBC, atualmente sem atividades didático-pedagógicas.

João Ferreira de Moraes Júnior, um dos fundadores do IBC, almejava a articulação sequencial do curso técnico de contabilidade de nível médio com o curso de grau superior, porém, não logrou êxito. A criação da Faculdade de Ciências Contábeis e Atuariais prevista no Estatuto do Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro continuava no papel até 25 de abril 1964, quando, precisamente no Dia do Contabilista, o Docente Píndaro José Alves Machado Sobrinho, imbuído do mesmo ideal e tenacidade de Moraes Júnior, realizou o sonho dos contabilistas, inaugurando e instalando a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas do IBC, tendo passado depois, em lugar de IBC, a ostentar o nome do líder dos contabilistas - Moraes Júnior, em homenagem aos seus feitos em prol dos contabilistas decorrentes das suas campanhas, entre eles o reconhecimento e a regulamentação da profissão, do ensino médio e superior de Contabilidade, a normalização da fiscalização do exercício profissional, o projeto da criação do Conselho Federal de Contabilidade e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (Lei nº 9.295 de 27.04.46).

A Instituição de Ensino Superior, mantida pelo IBC, iniciou sua atividade com a denominação de Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior, no dia 25.04.64, ex vi do Parecer nº 82, de 11.04.64, aprovado pelo plenário do Conselho Federal de Educação, divulgado na Revista Documenta nº 25, às páginas 9 e 11, com o Curso Superior de Ciências Contábeis, e teve confirmada a autorização pelo Decreto Federal nº 55.909, de 09.09.65.



O funcionamento do curso de graduação em Administração começou em 1968, tendo o Parecer de nº 07/1968, de 30.01.68, sido aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e divulgado pela Revista Documenta nº 80, pagina 42, em decorrência da regulamentação da profissão de Técnico em Administração, pela Lei nº 4769, de 9 de setembro de 1965. Destaque-se que a IES foi primeira instituição privada de ensino superior a implantar esse curso logo após a sua regulamentação e fixação da respectiva matriz curricular pelo Conselho Federal de Educação.

Em função do pleno e regular funcionamento dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e em Administração, comprovado pelos termos de visita de avaliação in loco dos técnicos em assuntos educacionais da Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura – MEC do Rio de Janeiro, esses cursos superiores foram reconhecidos pelo Decreto nº 66.406, de 02.04.70, publicado no Diário Oficial de 03.04.70, fl.1.

Os Cursos de Direito e Ciências Econômicas foram autorizados por Decretos assinados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. Itamar Franco, em 22.12.92, publicados no Diário Oficial de 23.12.92, *ex vi* dos despachos nº 601/90 e 799/90 do Ministro da Educação, Prof. Murílio de Avellar Hingel, Diário Oficial de 12.02.90, considerados os Pareceres 661/92 e 3/92, aprovados, respectivamente, em 21.12.92 e 02.12.92, pelo Conselho Federal de Educação, Documenta 355 e 384.

Desde cedo o IBC firmou convênios com o Centro de Integração Empresa – Escola – CIEE e com grande número de conceituadas organizações privadas e públicas, para realização de estágio supervisionado.

A IES passou a denominar-se Faculdade Moraes Junior por competente autorização mediante Portaria MEC nº 1888, de 30.12.94, Diário Oficial de 04.01.95.

A sede da Faculdade ocupa posição peculiar, na parte central da maior área de comércio popular do Brasil e uma das maiores do mundo, a chamada SAARA (nome derivado da sigla da Sociedade dos Amigos da Rua da Alfândega e Adjacências, criada em 1962). O prédio localiza-se próximo à Rede Ferroviária, ao principal eixo de comunicação com as zonas Norte e Sul, as Avenidas Presidente Vargas, Passos e Rio Branco, além das linhas 1 e 2 do Metrô.

Tal região, que o planejamento municipal denomina Centro Histórico, é bem maior do que o bairro do mesmo nome, abrigando quatorze bairros, interligados por espessa malha de ruas, túneis e avenidas.

Em agosto de 2005, objetivando promover as ações acadêmicas da Faculdade Moraes Júnior, o IBC, associou-se ao IPM, fazendo nascer a Faculdade Moraes Júnior Mackenzie Rio, atual FPMR. A partir de 2008, substituiu-se a mantenedora original, o IBC (que recebera a manutenção após a criação da



Faculdade, pelo Sindicato dos Contabilistas, em 1964), pelo igualmente tradicional IPM, preservando-se a estrutura administrativa e implementando-se investimentos na recuperação da estrutura física. A mudança da manutenção trouxe vários benefícios, como, dentre outros, melhorias na infraestrutura e na qualificação do corpo docente, com implantação de Núcleos Docentes Estruturantes em todos os cursos, maior número de docentes em tempos parcial e integral e abertura de novos grupos de pesquisas.

Com a nova situação, passos importantes vêm sendo paulatinamente tomados. Este novo momento já tem sido marcado por investimentos realizados na mantida em diversos aspectos institucionais. As diretrizes harmonizam-se inteiramente com os eixos norteadores do “Planejamento Estratégico 2012-2020” definido pelo Conselho Deliberativo do IPM para o mesmo horizonte temporal, evidenciando uma mobilização sinérgica de toda a Instituição em busca da consolidação dos padrões de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.

Sempre preocupada com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, a Faculdade adota políticas institucionais que estabelecem uma série de diretrizes que nortearão a atuação de todos os segmentos e instâncias da FPMR nos próximos anos. As ações devem atender a um perfil de formação holística de concepção dos fenômenos naturais, do meio ambiente e da sociedade, contudo, sem abandonar demandas mais específicas da sociedade, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em novembro de 2014, a Congregação dos Docentes em assembleia histórica, e em votação unânime, elaborou um novo Regimento Geral, alterando o nome da IES, para FACULDADE PRESBITERIANA MACKENZIE RIO, igualmente aprovada por unanimidade pelo Conselho Deliberativo do Instituto Presbiteriano Mackenzie e homologada pelo Ministério da Educação, através da Portaria nº 1077 de 23.12.15.

A partir deste novo horizonte, está posta a proposição da FPMR de pertencer a um projeto de uma comunidade acadêmica fortemente integrada, dedicada a promoção da cidadania e à formação plena dos educandos, pautando-se nos espírito e propósito da tradição cristã reformada calvinista.

A concepção dos cursos de Pós-graduação respaldou-se no histórico da instituição, respeitando sua missão, visão e objetivos.

## **II. MISSÃO E VISÃO INSTITUCIONAL**

---

Missão significa o direcionamento para a atuação da Instituição no âmbito da sociedade em que está inserida. A Missão institucional encontra-se assim definida: *“Educar o ser humano, criado à imagem de Deus, para o exercício*



*pleno da cidadania, em ambiente de fé cristã reformada*". A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio tem relevante papel no atendimento a essa missão por intermédio dos conteúdos, recursos e metodologias próprios nas suas várias áreas acadêmicas.

A Visão da FPMR permeia todos os planos de ação e o desenvolvimento de sua prática cotidiana. Dessa forma, a Visão de *"Ser reconhecida pela sociedade como instituição confessional presbiteriana e filantrópica, que se dedica às ciências divinas e humanas, comprometida com a responsabilidade socioambiental, em busca de contínua excelência acadêmica e de gestão"*, organiza a composição e o desenvolvimento do currículo de maneira que possa ser refletida em todos os aspectos.

O currículo e as políticas e estratégias de ação, dirigidos por esta visão e aplicados no âmbito do Curso de Pós-Graduação em Direito Desportivo, têm como fim maior favorecer o reconhecimento efetivo, pelos alunos e pelo papel na sociedade, sua relação com os outros e com Deus.

### III. PRINCÍPIOS E VALORES

---

A FPMR tem por finalidade desenvolver as funções de ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas do conhecimento humano, atendendo às diretrizes curriculares do Ministério da Educação e às demandas da sociedade na qual se insere, praticando e expressando os valores descritos a seguir:

- Na conduta pessoal: dignidade, caráter, integridade e espírito mackenzista;
- No exercício da atividade profissional: ética, competência, criatividade, disciplina, dedicação e disposição para o trabalho voluntário;
- No relacionamento interpessoal: lealdade, respeito mútuo, compreensão, honestidade e humildade;
- No processo de decisão: busca de consenso, de justiça, de verdade, de igualdade de oportunidade para todos;
- No relacionamento entre órgãos colegiados, coordenadorias e departamentos: cooperação, espírito de equipe, profissionalismo e comunicação adequada;
- No relacionamento com outras instituições: responsabilidade, independência e transparência;
- Na sociedade: participação e prestação de serviços à comunidade;
- E, em todas as circunstâncias, agir com amor, que é o vínculo da perfeição.

A FPMR, no âmbito de seu Curso de Pós-Graduação em Direito Desportivo concretiza e consolida esses valores por meio de uma prática pedagógica que:

- Tem como característica essencial a aquisição, por seus alunos, de um Código de Ética baseado nos ditames da consciência e do bem, que reflitam os valores





morais exarados nas Escrituras Sagradas, voltados para um desempenho crítico e eficaz da cidadania;

- Forma cidadãos responsáveis, capazes de exercer a liderança de grupos sociais em que venham a atuar, buscando soluções éticas, criativas e democráticas, capazes de superar os problemas com os quais venham a se defrontar;
- Forma profissional com inteligência autônoma, que se utilize de um diálogo crítico com a realidade social, culminando com a prática do “aprender a pensar” voltada à ação concreta e empreendedora;
- Ensina criticamente a seus alunos, de forma contínua, o conhecimento atualizado das diversas áreas do saber;
- Orienta as ações sociais, buscando a consciência crítica e a participação dos diferentes grupos, rumo ao desenvolvimento humano.

#### **IV. OBJETIVOS DO CURSO**

---

Capacitar profissionais para atuação em alto nível na área do Direito e gestão desportiva; aprofundar e ampliar estudos para enriquecer a competência científica e prática dos alunos; estimular e desenvolver atividades de pesquisa com finalidade didática, acadêmica e aplicação profissional. O Diferencial do curso de especialização em Direito Desportivo é a qualidade do corpo docente bem como dos profissionais renomados de mercado que farão seminários e palestras técnicas. Integrado por professores e especialistas com ampla vivência teórica e prática no tema central, serão capazes de reunir a experiência e a prática aplicadas na gestão do esporte brasileiro. Ao final de cada módulo, uma personalidade que atue no esporte dará uma palestra referente à sua área de conhecimento, enriquecendo e ampliando os horizontes daqueles que fizerem o curso.

O Curso de Direito Desportivo está estruturado com disciplinas de forma transversal e multidisciplinar, buscando complementar a experiência acadêmica com as práticas de mercado através de palestras técnicas e seminários temáticos.

A Linha de Pesquisa será: **O DIREITO DESPORTIVO COMO FERRAMENTA PARA AUXILIAR OS PROFISSIONAIS QUE ATUEM NO ESPORTE.**

#### **V. PÚBLICO-ALVO**

---

Advogados, gestores esportivos e demais profissionais que miltem no esporte-business e que detenham diploma de curso superior.



## VI. COORDENAÇÃO

---

### **Prof. Martinho Neves Miranda**

Advogado e Procurador do Município do Rio de Janeiro; Membro da Comissão de Estudos Jurídicos do Ministério do Esporte; Mestre em Novos Direitos pela UNESA. Autor do livro "O Direito no Desporto" Professor de Direito Civil da ABADI, da FEMAR e de Direito Desportivo da FACHA e Professor visitante da USP, EMERJ e da TV Justiça. É advogado do São Paulo Futebol Clube e consultor jurídico da CBV, dentre outras agremiações desportivas nacionais. Foi Procurador do BNDES, Advogado do Clube de Regatas Vasco da Gama e do Clube de Regatas do Flamengo, Confederação Brasileira de Voleibol, dentre outros. Integrou a Comissão julgadora da Lei de Incentivo do Ministério do Esporte. Foi coordenador acadêmico do curso de pós graduação em Direito Desportivo da AVM entre 2009 e 2013. Coordenou a Candidatura do Rio aos Jogos Panamericanos de 2007, e atuou na realização dos Jogos Mundiais Militares de 2011 e na candidatura do Rio aos Jogos Olímpicos de 2016.

## VII. CARGA HORÁRIA TOTAL

---

Em sala de aula (aulas expositivas): 360 horas/aula

## VIII. PERÍODO e PERIODICIDADE

---

A duração do curso será de 04 semestres, sendo estabelecido, adicionalmente, um período para a finalização, apresentação e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso pelo professor orientador e, eventualmente, pela banca examinadora. As aulas acontecerão às quintas-feiras, das 18h30m às 22h30m. As aulas de metodologia em horários alternativos.

## IX. ESTRUTURA CURRICULAR – DISCIPLINA/CARGA HORÁRIA

---

<b>MÓDULO: TEORIA GERAL DO ESPORTE E INTRODUÇÃO AO DIREITO DESPORTIVO</b>	
INTRODUÇÃO AO ESPORTE E AO DIREITO DESPORTIVO	04
O ESTADO E AS ORGANIZAÇÕES DESPORTIVAS	04
ÉTICA NO ESPORTE	08
<b>Assédio moral no esporte</b>	04
DOPING NA WADA	08



PALESTRA DO MÓDULO	04
<b>Carga horária total</b>	<b>32h/a</b>
<b>MÓDULO: DIREITO CONSTITUCIONAL DO DESPORTO</b>	
DIREITO CONSTITUCIONAL DO DESPORTO I	04
DIREITO CONSTITUCIONAL DO DESPORTO II	04
INTERVENÇÃO PÚBLICA NO DESPORTO	08
INCENTIVOS FISCAIS NO DESPORTO	12
PALESTRA DO MÓDULO	04
<b>Carga horária total</b>	<b>32h/a</b>
<b>MÓDULO: DIREITO DISCIPLINAR DESPORTIVO</b>	
A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS EM MATÉRIA DESPORTIVA)	04
AS PRÁTICAS EM FACE DO CÓDIGO BRASILEIRO DE JUSTIÇA DESPORTIVA. AUTONOMIA, ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DESPORTIVA	04
INFRAÇÃO DISCIPLINAR	12
DOPING NO CBJD	08
PROCESSO DESPORTIVO	12
A ARBITRAGEM NO DIREITO DESPORTIVO	04
PRÁTICA DESPORTIVA E JURISPRUDÊNCIA	08
PALESTRA DO MÓDULO	04
PRÁTICA DA JUSTIÇA DESPORTIVA	28
<b>Carga horária total</b>	<b>84h/a</b>
<b>MÓDULO : AS RELAÇÕES TRABALHISTAS NO DESPORTO</b>	
PRINCÍPIOS APLICADOS ÀS RELAÇÕES DESPORTIVAS	08
TEORIA GERAL DO CONTRATO DE TRABALHO DESPORTIVO E AFINS	08
MECANISMOS DE INDENIZAÇÃO NA NEGOCIAÇÃO DE ATLETAS	04
CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA E EMPRÉSTIMO DE ATLETAS	04
CONTRATO DE TRABALHO NO FUTEBOL	08
PALESTRA DO MÓDULO	04
<b>Carga horária total</b>	<b>36h/a</b>



<b>MÓDULO: DIREITO EMPRESARIAL &amp; O BUSINESS NO DESPORTO</b>	
BOA FÉ OBJETIVA NOS CONTRATOS DESPORTIVOS	08
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA APLICADA ÀS INSTITUIÇÕES ESPORTIVAS.	08
MARKETING ESPORTIVO	08
ESTRATÉGIA EMPRESARIAL APLICADA AO ESPORTE	08
REGULAMENTO DE AGENTES DE ATLETAS	04
FINANCIAMENTO DESPORTIVO	12
GESTÃO DESPORTIVA	08
PALESTRA DO MÓDULO	04
<b>Carga horária total</b>	<b>60h/a</b>
<b>MÓDULO: DIREITO NEGOCIAL DESPORTIVO</b>	
INTRODUÇÃO AOS CONTRATOS DESPORTIVOS	08
DIREITO DE IMAGEM E DIREITO DE ARENA	04
CONTRATO DE PATROCÍNIO DESPORTIVO	08
CESSÃO, LOCAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE ARENAS DESPORTIVAS	08
MARCAS	08
ASPECTOS LEGAIS NA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DESPORTIVOS	08
ESTATUTO DO TORCEDOR APLICADO	08
PALESTRA DO MÓDULO	04
<b>Carga horária total</b>	<b>56h/a</b>
<b>MÓDULO: DIREITO DESPORTIVO TRIBUTÁRIO</b>	
TRIBUTAÇÃO DAS ENTIDADES DESPORTIVAS	04
TRIBUTAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO ESPORTIVAS	04
TRIBUTAÇÃO EM TRANSAÇÕES - NACIONAIS E INTERNACIONAIS - ENVOLVENDO DIREITOS RELATIVOS A ATLETA	04
PALESTRA DO MÓDULO	04
<b>Carga horária total</b>	<b>20 h/a</b>
<b>MÓDULO: METODOLOGIA DA PESQUISA E MONOGRAFIA</b>	<b>40 h/a</b>



## X. CORPO DOCENTE

---

**Martinho Neves Miranda.** Advogado e Procurador do Município do Rio de Janeiro; Membro da Comissão de Estudos Jurídicos do Ministério do Esporte; Mestre em Novos Direitos pela UNESA. Autor do livro "O Direito no Desporto" Professor de Direito Civil da ABADI, da FEMAR e de Direito Desportivo da FACHA e Professor visitante da USP, EMERJ e da TV Justiça. É advogado do São Paulo Futebol Clube e consultor jurídico da CBV, dentre outras agremiações desportivas nacionais.

**Paulo César Salomão Filho.** Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito – UFRJ em 2004, inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil na seccional Rio de Janeiro desde 2005, sob o nº 129.234. Auditor membro do Tribunal Pleno do Superior Tribunal de Justiça Desportiva – STJD do Futebol – no quadriênio 2012/2016. Procurador Geral do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Basquete no quadriênio 2012/2016. Conselheiro Efetivo da OAB/RJ eleito para o triênio 2013/2015 e para o triênio 2016/2018. Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/RJ no triênio 2013/2015. Membro do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/RJ no triênio 2013/2015 e no triênio 2016/2018. Especialista em Direito Eleitoral pela Escola Superior de Advocacia do Distrito Federal/UnICEUB em 2012. Professor do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* do Curso de Direito Desportivo da Universidade Candido Mendes, organizado pelo Instituto A Vez do Mestre - AVM, de julho de 2010/2012 e da Escola Superior de Advocacia - ESA OAB/SP desde outubro de 2014.

**Gustavo Silveira.** Pós-Graduado em Processo Civil – UNESA – 2002; Pós-Graduado em Direito Civil – UNESA – 2002; Graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes -1995. Especialização em Falências e Recuperações Judiciais pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ Procurador do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol – STJD. Auditor do Superior Tribunal de Justiça Desportiva da Ginástica – STJD. Ex-Procurador do Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol do Estado do Rio de Janeiro – TJD/RJ. Professor do curso de pós-graduação em Direito da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo. Ex Professor do curso de pós-graduação em Direito Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor do curso de pós-graduação em Direito da Universidade Cândido Mendes – UCAM. Professor do curso de pós-graduação em Direito do Centro Universitário da Cidade – UNIVERCIDADE. Professor do curso de extensão do Instituto de



Ciências do Futebol da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro. Ex Professor da cadeira de Direito Tributário da Universidade Santa Úrsula – USU. Ex Professor da cadeira de Direito do Trabalho da Universidade Candido Mendes – UCAM.

**Fernando Barbalho.** Mestre em Direito Público pela UERJMBA em Gestão e Marketing Esportivo pela Trevisan Escola de Negócios; Procurador do Estado e Advogado no Rio de Janeiro; Autor de *Futebol: Manual de (Re)Montagem* (APERJ, 2015) e *Do Direito à Democracia* (Lumen Juris, 2007); Co-Autor de *Manual de Direito Administrativo* (Impetus, 2015); Membro da British Association of Sports Lawyers (BASL) e do Instituto de Direito Administrativo do Estado do Rio de Janeiro (IDAERJ)

**Flávio Willeman.** Mestre em Direito pela UCAM. Procurador do Estado e Advogado. Desembargador do TRE-RJ, biênio 2014/2016. Autor dos livros *Direito Administrativo* (Ed. ímpetus) e *Responsabilidade Civil das Agências Reguladoras* (Ed. Forum). Vice-presidente jurídico do Clube de Regatas do Flamengo.

**Rodrigo Ramos Lourega de Menezes.** Procurador do Município do Rio de Janeiro; Doutor em Direito Internacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Mestre em Direito Público pela Universidade Gama Filho; Pós Graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários; Especializado em Direito Tributário Aplicado pela Fundação Getúlio Vargas; Membro das Bancas de Direito Tributário e Financeiro dos concursos para Procurador do Município de Nova Iguaçu e para Procurador do Município de Niterói; Professor de Direito Constitucional e de Teoria Geral do Estado da Unilasalle; Ex-professor dos cursos de pós-graduação lato sensu em Direito Tributário e Processo Tributário da Universidade Cândido Mendes, do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET), do Instituto de Pesquisas e Estudos Jurídicos (IPEJ); palestrante em Congressos e Seminários jurídicos; autor de artigos jurídicos publicados em revistas acadêmicas; Membro da equipe de avaliadores da Revista de Direito Tributário Atual

**Paulo César da Silva Guimarães.**

Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá. Mestre em Ciências Pedagógicas pelo Instituto Superior de Estudos Pedagógicos. Especialização em Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos (pela UFRJ e em Relações Sindicais e Negociação Coletivas pela Universidade Cândido Mendes.



Graduação em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Professor da FPMR desde julho de 1978.

## **XI) PERFIL ACADÊMICO/PROFISSIONAL DO DOCENTE E A DISCIPLINA QUE O MESMO MINISTRARÁ**

---

Considerando que o Curso proposto integra área bastante contemporânea do Mercado Desportivo, o corpo docente reúne professores que se debruçaram acadêmica e profissionalmente sobre esse setor, permitindo uma abordagem não só de alta qualidade técnica como também de relevância prática. Esta conjunção de fatores permitiu a construção e a concretização deste projeto de curso. Os professores realizam pesquisas individuais e coletivas e orientações nas áreas, tanto nos cursos de Graduação quanto *Stricto Sensu*.

Sendo um curso pioneiro e inovador haverá necessidade de contratação de professores externos para proporcionar aos alunos visão estruturada da experiência brasileira do mercado esportivo. Por outro lado, há uma exigência que o curso reúna profissionais externos de notória especialização com experiência prática para proferir como convidados em palestras técnicas. Com efeito, a especificidade de temas relacionados ao direito desportivo exigirá que hajam professores convidados, os quais participarão do curso dentro dos módulos comandados por cada um dos professores, principalmente em virtude das inúmeras e constantes atualizações de mercado na área.

## **XII) CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

---

### **MÓDULO: TEORIA GERAL DO ESPORTE E INTRODUÇÃO AO DIREITO DESPORTIVO**

**Carga Horária:** 32 h/a

**Ementa:** A ética e a moral no Desporto, Princípios gerais de Direito Internacional Público e Privado, Características do ordenamento jurídico-desportivo.

**Objetivo:** Proporcionar aos alunos o acesso às noções básicas da organização desportiva nacional e conhecimentos gerais sobre o esporte e o direito desportivo.

**Conteúdo Programático:** A ética e a moral no Desporto. O olimpismo. A Sociologia aplicada ao desporto. O papel do desporto na sociedade. Aspectos multidisciplinares do desporto. Princípios gerais de Direito Internacional Público e Privado. Características do ordenamento jurídico-desportivo. As



relações entre o ordenamento desportivo e o ordenamento estatal. A Lei nº 9615/98: Aspectos gerais. Os sistemas brasileiro e nacional do desporto. O Conselho de Desenvolvimento do Desporto. Entidades dirigentes, ligas e associações de prática: regime jurídico e administrativo. Direito desportivo comparado.

**Bibliografia:**

- SOUZA, Gustavo Lopes Pires de (Coordenador). **Direito desportivo**. Editora Atlas.
- BASTOS, Guilherme Augusto Caputo. **Direito desportivo**. Editora Alumnus.
- MIRANDA, Martinho Neves. “**O Direito no Desporto**”. Editora Lumen Juris.

**Professor responsável pela disciplina: Prof. Martinho Neves Miranda**

**MÓDULO: DIREITO CONSTITUCIONAL DO DESPORTO**

**Carga Horária:** 32 h/a

**Ementa:** Função social do Desporto. A proteção dos Direitos Fundamentais no [e através do] desporto. A autonomia das entidades desportivas na CF de 1988 e o exercício do direito de associação.

**Objetivo:** Capacitar o aluno para situar as organizações desportivas dentro dos limites do direito estatal e definir quais são as competências de Estado e associações em matéria de desporto.

**Conteúdo Programático:** Função social do Desporto. A proteção dos Direitos Fundamentais no [e através do] desporto. Desporto, cultura e cidadania. A autonomia das entidades desportivas na CF de 1988 e o exercício do direito de associação. O desporto organizado enquanto assunto de interesse público. O movimento desportivo e o patrimônio cultural brasileiro. A constitucionalização do desporto no direito comparado. A consagração do direito individual ao desporto e a sua relação com os Direitos fundamentais. Formas de intervenção do Estado no desporto. Financiamento público do desporto. Políticas públicas e o desporto. A regulação da atividade desportiva organizada pelo Estado. Ministério Público e agências reguladoras. As competências da União, Estados e Municípios em matéria desportiva.

**Bibliografia:**

- FILHO, Alvaro Melo. Nova lei Pelé: Editora Maquinária.
- MIRANDA, Martinho Neves. O Direito no Desporto. Editora Lumen Juris.
- ROSIGNOLI, Mariana. RODRIGUES, Sergio Santos. Manual de Direito Desportivo. Editora LTR

**Professor responsável pela disciplina: Prof. Martinho Neves Miranda**

**MÓDULO: DIREITO DISCIPLINAR DESPORTIVO**

**Carga Horária:** 84 h/a





**Ementa:** As Práticas Desportivas em face do Código Brasileiro de justiça desportiva. Estrutura e composição dos órgãos da justiça desportiva. Processo desportivo. Infrações e Procedimentos.

**Objetivo:** A disciplina pretende fornecer aos participantes uma visão bastante prática de sobre a Justiça Desportiva brasileira, dissecando o Código Brasileiro de Justiça Desportiva, tanto na parte material, ou seja, definição de infrações, quanto na parte processual.

**Conteúdo Programático:** A resolução dos Conflitos em Matéria Desportiva. As competências do Poder Judiciário e da Justiça Desportiva. As Práticas Desportivas em face do Código Brasileiro de justiça desportiva. Estrutura e composição dos órgãos da justiça desportiva. Processo desportivo. Procedimentos especiais. Doping. Medidas disciplinares. Infração Disciplinar. Prática Desportiva Orientada e Jurisprudência desportiva comentada. A arbitragem no Direito Desportivo: A Corte Arbitral do Esporte (CAS) e o Tribunal Arbitral do Esporte - TAS.

**Bibliografia:**

- GRAICHE, Ricardo. Código Brasileiro de Justiça Desportiva: Comentários artigo por artigo. Editora Quartier latin.
- DECAT, Scheyla Althoff. Direito Processual Desportivo. Editora: Del Rey.
- SCHEFFLER, Ademar Pedro. Árbitros de Futebol: Aspectos Jurídicos – Visão Brasileira e do Mercosul. Editora Quartier Latin.

**Professor responsável pela disciplina: Paulo César Salomão Filho**

**MÓDULO: AS RELAÇÕES TRABALHISTAS NO DESPORTO**

**Carga Horária:** 36 h

**Ementa:** Evolução histórica da legislação do trabalho no Desporto e Princípios do Direito do Trabalho aplicados às relações desportivas. Regime jurídico do desportista profissional e não profissional.

**Objetivo:** Apresentar os conceitos fundamentais das relações de trabalho no esporte, com ênfase na relação entre atleta e entidade desportiva empregadora.

**Conteúdo Programático:** Evolução histórica da legislação do trabalho no Desporto e Princípios do Direito do Trabalho aplicados às relações desportivas. Regime jurídico do desportista profissional e não profissional. Teoria geral do contrato de esporte: a cláusula penal e a rescisão contratual. Contribuições previdenciárias, prerrogativas regulamentares e encargos legais. Remuneração e salário. O Direito Securitário na prática desportiva. Direito coletivo nas relações desportivas. Dissídios e negociações coletivas. Acordo e convenção coletiva do trabalho. Greve. Segurança e acidente do trabalho Prevenção de riscos e indenização por danos patrimoniais e morais. Jurisprudência trabalhista



em matéria desportiva comentada. Contrato de transferência e empréstimo de atleta: Indenização por formação de atleta e mecanismo de solidariedade.

**Bibliografia:**

- ZAINAGHI, Domingos Sávio. Os Atletas Profissionais de Futebol no Direito do Trabalho. Editora: LTr.
- OLIVEIRA, Leonardo Andreotti P. de. Direito do Trabalho e Desporto. Editora Quartier Latin.
- RAMOS, Rafael Teixeira. Direito Desportivo Trabalhista. Editora: Quartier Latin.

**Professor responsável pela disciplina: Gustavo Silveira**

**MÓDULO: DIREITO EMPRESARIAL & O BUSINESS NO DESPORTO**

**Carga Horária:** 60 h

**Ementa:** Estatuto dos Dirigentes desportivos. Parcerias comerciais: co-gestões e investimentos privados. Potencialidade na captação de recursos por meio dos modelos de S.A e mecanismos derivados: a Bolsa e a Securitização. Parcerias e investimentos públicos no Desporto. Transferência de atletas no Brasil e para o exterior.

**Objetivo:** Proporcionar ao estudante uma experiência teórica e prática em torno do tema empresarial, bem como torna-lo capaz de aplicar os princípios de gestão esportiva na tomada de decisões empresariais e de investimentos no esporte, no contexto brasileiro e internacional.

**Conteúdo Programático:** Direito Societário no Desporto. Entidades de Administração e prática do Desporto: regime jurídico da organização dos Clubes e sua constituição. Estatuto dos Dirigentes desportivos: Regras de responsabilização. Associações e sociedades empresárias no esporte. Transformação em Clube-Empresa. Administração Financeira e Orçamentária aplicada às instituições esportivas. Estratégia. Estruturação jurídica de investimentos no futebol. Parcerias comerciais: co-gestões e investimentos privados. Potencialidade na captação de recursos por meio dos modelos de S.A e mecanismos derivados: a Bolsa e a Securitização. Parcerias e investimentos públicos no Desporto. Transferência de atletas no Brasil e para o exterior. O Regulamento de transferência de atletas. CBF e Federações: exigências, documentação e regulamentação. Aspectos legais na realização de eventos desportivos. Requisitos jurídicos preliminares. Licenças ambientais. Terceirização. A Lei nº 10.671/03. A criminalidade no Desporto. Legislação desportiva internacional. Normas, estrutura e funcionamento das entidades desportivas internacionais. COI, FIFA, CONMEBOL e demais federações internacionais.

**Bibliografia:**



- BARBALHO, Fernando. Futebol: Manual de (Re)Montagem. Editora APERJ, 2015.
- CAÚS, Cristiano; GÓES Marcelo. Direito Aplicado à Gestão do Esporte. Editora Trevisan.
- MATTAR, Michel Fauze; MATTAR, Fauze Najib. Gestão de Negócios Esportivos. Editora Elsevier.

**Professor responsável pela disciplina: Fernando Barbalho**

### **MÓDULO: DIREITO NEGOCIAL DESPORTIVO**

**Carga horária:** 56h/a

**Ementa.** Marketing esportivo. Proteção dos símbolos e das denominações das entidades desportivas. A responsabilidade civil de organizadores e praticantes na atividade desportiva. Contrato de agenciamento. Contrato de representação. Contrato de prestação de serviços, Contrato de cessão de direitos econômicos. Contrato de formação. Contratos de parceria: Contrato de co-gestão.

**Conteúdo Programático:** Direito de Imagem e Direito de Arena. Contrato de cessão de direitos para transmissão em TV e outras mídias. Contrato de Patrocínio Desportivo. Cessão, locação e exploração de arenas desportivas. Marketing esportivo. Proteção dos símbolos e das denominações das entidades desportivas. A responsabilidade civil de organizadores e praticantes na atividade desportiva. Contrato de agenciamento. Contrato de representação. Contrato de prestação de serviços, Contrato de cessão de direitos econômicos. Contrato de formação. Contratos de parceria: Contrato de co-gestão.

**Objetivos:** Proporcionar aos alunos os conhecimentos necessários para elaborar contratos e compreender todos os aspectos legais que envolvem a realização de eventos desportivos.

#### **Bibliografia:**

- GOMES, Luiz Flávio; CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo B., e Oliveira, Gustavo Vieira de. Estatuto do Torcedor Comentado. Editora Revista dos Tribunais.
- REZENDE, José Ricardo. Manual Completo da Lei de Incentivo ao Esporte. Editora. All print.
- OLIVEIRA, Leonardo Andreotti de. Marketing de emboscada (Ambush Marketing). Editora Quartier Latin.

**Professor responsável pela disciplina: Flavio Willeman**

### **MÓDULO: DIREITO TRIBUTÁRIO DESPORTIVO**

**Carga Horária:** 32 h



**Ementa:** A tributação da atividade desportiva. Tributação das relações de trabalho desportivas. Tributação em transações - nacionais e internacionais - envolvendo direitos relativos a atletas.

**Objetivo:** Fornecer uma visão prática da tributação no desporto, permitindo conhecer as especificidades da cobrança e recolhimento de tributos neste segmento.

**Conteúdo Programático:** Conceitos gerais de Direito Tributário: sujeitos, atividade e responsabilidade tributária. Tributação das entidades desportivas. Imunidades, isenções e incentivos fiscais: Normas cambiais. A tributação da atividade desportiva. Tributação das relações de trabalho desportivas. Tributação em transações - nacionais e internacionais - envolvendo direitos relativos a atletas.

**Bibliografia:**

- SILVA, Felipe Ferreira. Tributação no Futebol. Editora: Quartier Latin.

**Professor responsável pela disciplina: Rodrigo Ramos Lourega de Menezes**

**MÓDULO: METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO (MODO EAD)**

**Carga Horária:** 40h/a

**Ementa:** Estuda a aplicação das normas técnico-científicas e elementos constituintes básicos para a construção de projetos monográficos.

**Objetivo:** Compreender os pressupostos metodológicos formais básicos e normas técnico-científicas para a construção de projetos monográficos. Elaborar trabalhos científicos que respeitem as normas técnicas da ABNT. Aplicar de maneira consistente, os procedimentos da metodologia científica na elaboração do projeto de pesquisa, respeitando a estruturação formal de trabalho científico/acadêmico. Reconhecer, entre as diversas estratégias de coleta de dados, aquela que é adequada para a elaboração e desenvolvimento do projeto de pesquisa.

**Conteúdo Programático:** Pesquisa Científica: características do processo e diferenças entre conhecimento científico e senso comum. A pesquisa acadêmica e a questão ética: limites e reflexões. Projeto de Pesquisa. Tema. Delimitação do Tema. Problematização e hipóteses. Objetivos. Justificativa/relevância da pesquisa. Cronograma. Fundamentação Teórica. Métodos. Estrutura e formatação do Trabalho Científico. ABNT. Apresentação gráfica e Elementos pré-textuais. Estrutura e formatação do Trabalho Científico. Elementos textuais e Elementos pós-textuais.

**Bibliografia:**

- AQUINO, Italo de Souza. Como Escrever Artigos Científicos: Sem Arrodeio e sem Medo da ABNT. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.



- BATISTITOLI, João Valdecir e SILVA JR. Walter José. Comitês de Ética em Pesquisa e a Vulnerabilidade dos Sujeitos: Um Relato de Experiência. Disponível em:[http://www.saocamilosp.br/pdf/mundo\\_saude/38/comites\\_de\\_etica\\_pesquisa.pdf](http://www.saocamilosp.br/pdf/mundo_saude/38/comites_de_etica_pesquisa.pdf)
- FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio José Montero. Planejamento de Pesquisa Científica. São Paulo: Atlas, 2013.
- PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; RAMOS, Flávia Regina Souza; BORENSTEIN, Miriam Susskind and MARTINS, Cleusa Rios. A Responsabilidade do Pesquisador ou Sobre o que Dizemos Acerca da Ética em Pesquisa. ([http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010407072005000100013&script=sci\\_abstract&tIng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010407072005000100013&script=sci_abstract&tIng=pt))
- PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antonio Paulo F. de; LORANDI, Paulo Angelo. Projeto de Pesquisa: O que é? Como fazer?: Um Guia para sua Elaboração. 8. ed. São Paulo: Olho D Agua, 2013.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed.. São Paulo: Cortez, 2013.
- SORDI, José Osvaldo de. Elaboração de Pesquisa Científica: Seleção, Leitura e Redação. São Paulo, SP, Brasil: Saraiva, 2013.

**Professor responsável pela disciplina: Paulo César da Silva Guimarães**

### **XIII. METODOLOGIA**

---

A metodologia a ser implantada no curso consiste em exercícios práticos explicativos, estudos de casos, trabalhos em grupos, provas e compartilhamento de experiências profissionais. As disciplinas receberão enfoque orientado a processos, cases e análises a fim de proporcionar uma visão sistêmica e passo-a-passo, específica para profissionais da área de gestão.

### **XIV. INTERDISCIPLINARIDADE**

---

O curso é naturalmente interdisciplinar. A busca interdisciplinaridade cabe ressaltar, é um dos objetivos da FPMR. Na junção dessas duas áreas o curso proporciona uma total interdisciplinaridade de conceitos e técnicas capazes de habilitar os alunos a atuarem com desenvoltura nessas áreas.

### **XIV. ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

---

As atividades complementares serão realizadas conforme os professores de cada módulo acharem conveniente, tais como: visita às empresas, participação em seminários, workshops e palestras.



## **XVI. TECNOLOGIA**

---

O curso terá disponível recursos de audiovisual, tais como: Datashow, TV, vídeo, DVD, projetor multimídia, bem como material de apoio que será distribuído por meio eletrônico entre professores e alunos e/ou por grupo criado na internet com esse objetivo.

## **XVII. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA**

---

O curso conta com salas de aula amplas, arejadas e bem estruturadas, com sistema de refrigeração central, com quadro-branco e carteiras estofadas e acolchoadas. Acesso livre às dependências da Biblioteca da Faculdade (inclusive sala de estudos individuais e em grupo), bem como aos Laboratórios de Informática da Instituição.

**BIBLIOTECA:** O acervo está em permanente complementação com a aquisição de novos títulos para atender à bibliografia básica das disciplinas, incluindo textos atualizados das diferentes disciplinas, obras de referência, bem como a assinatura de revistas científicas e programas online. A tipologia do material bibliográfico é a seguinte: Obras de referência (dicionários técnicos especializados, enciclopédias, glossários); Livros e manuais técnicos; Periódicos nacionais e estrangeiros; Produção intelectual; Normas técnicas; Catálogos técnicos e publicações seriadas.

**LABORATÓRIOS:** A comunidade acadêmica dispõe de 03 laboratórios de informática. Estão disponíveis os softwares, para apoio acadêmico e administrativo, todos devidamente registrados e licenciados, na forma da lei. Os laboratórios assegurarão acessos diários, de 2ª a 6ª feira das 07h às 22h, para que os docentes e discentes tenham plenas condições de desenvolvimento de seus estudos, práticas investigativas, trabalhos, consultas e serviços e cursos de extensão.

## **XVIII. CRITÉRIO DE SELEÇÃO**

---

O pré-requisito essencial para a admissão nos cursos de Pós-graduação da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio é possuir diploma de graduação em qualquer curso superior. Adicionalmente é exigido um currículo atualizado como critério adicional de seleção, que será utilizado eventualmente em entrevista com o coordenador do curso no caso de procura superior à oferta de vagas. Ao matricular-se o aluno estará aceitando as normas estabelecidas pelo Regulamento Interno e Regulamentos da FPMR. Cada disciplina do curso terá



sua avaliação própria. Caso o aluno seja reprovado em uma disciplina, por insuficiência de nota ou de presença, terá de repeti-la em um outro curso que venha a ser programado.

## **XIX. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO**

---

A Coordenação do Curso entende avaliação como processo, diferente do julgamento e o medir sustentados pela concepção tradicionalista de educação, um convite/desafio, portanto, à mudança. Assim sendo, em seguida serão apresentadas as propostas de avaliação pedagógica e avaliação institucional que sustentam este curso.

### **Avaliação Pedagógica**

As avaliações por disciplinas serão entendidas como processo, dando liberdade a cada professor de junto aos alunos estabelecer critérios de avaliação do conteúdo, utilizando principalmente uma ou mais de uma forma de avaliação, dentre as quais: provas, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, apresentação de seminários, artigos científicos e participação do aluno nas atividades acadêmicas. A avaliação do desempenho acadêmico dos alunos será feita por módulo, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento acadêmico.

### **Avaliação Institucional**

Os alunos irão avaliar a composição e desempenho do corpo docente, em três momentos específicos, ou seja, no final da parte introdutória, no final da parte de auditoria e no final do curso. Irão também avaliar a infra-estrutura física e o atendimento administrativo prestado pela instituição e pela Coordenação do Curso.

## **XX. CONTROLE DE FREQUÊNCIA**

---

O controle de frequência do aluno, compete ao professor, que ao final, entregará a coordenação do curso um relatório contendo as notas e a percentagem de frequência de cada aluno.

O aluno só obterá aprovação no curso, caso apresente frequência mínima de 75%.

## **XXI. TRABALHO DE CONCLUSÃO**

---

Monografia Científica (TCC) em virtude da necessidade de reflexão e produção intelectual que esta área do Mercado requer atualmente, podendo, inclusive, vincular-se à elaboração de Projetos de Aplicação.



A monografia será realizada pelo aluno sob a orientação de um professor qualificado e integrado ao corpo docente do curso e só poderá ser realizada após a conclusão das diferentes disciplinas.

O tema da monografia deverá, necessariamente, estar relacionado às áreas do curso, sendo o orientador vinculado à área.

A orientação metodológica da monografia obedecerá às normas trabalhadas na disciplina Metodologia Científica, observando-se os critérios oficiais adotados.

A monografia será avaliada pelo professor orientador a partir de dois vetores principais: a atualização do tema no momento atual e a revisão bibliográfica de qualidade no desenvolvimento e apresentação do trabalho.

O TCC obedecerá ao estabelecido nas Instruções Normativas da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio.

## **XXII. CERTIFICAÇÃO**

---

De acordo com as exigências da legislação educacional (Resolução CNE/CES nº 1 de 03 de abril de 2001), o aluno deverá elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso. Atendidos os requisitos do curso, será oferecido um Certificado de Pós-graduação *Lato Sensu* terão validade nacional, emitido pela Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio.

**Rio de Janeiro, março de 2016.**